



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 4 de março de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO Após dois anos, Dilma busca apoio de sindicatos VEICULAÇÃO NACIONAL	1
DIÁRIO DO AMAPÁ Livre comércio de Macapá e Santana é prioridade para Sarney VEICULAÇÃO NACIONAL	3
VALOR ECONÔMICO PIB cresce menos no governo Dilma do que com Lula e FHC VEICULAÇÃO NACIONAL	4
VALOR ECONÔMICO Aumento nas importações afeta fabricantes de bens de capital VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR ECONÔMICO PIB cresce menos no governo Dilma do que com Lula e FHC VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O GLOBO Itamaraty é alvo de cobrança por supersalários no exterior VEICULAÇÃO NACIONAL	8
BRASIL ECONÔMICO-SP Ministro da Fazenda faz avaliação otimista de 2012 VEICULAÇÃO NACIONAL	10
BRASIL ECONÔMICO-SP Ministro da Fazenda faz avaliação otimista de 2012 VEICULAÇÃO NACIONAL	11
BRASIL ECONÔMICO-SP Governo aposta na alta da taxa de investimento para alavancar o PIB VEICULAÇÃO NACIONAL	12
AMAPÁ NO CONGRESSO Sarney luta pela manutenção dos benefícios da SUFRAMA para o Amapá VEICULAÇÃO NACIONAL	13
CORECON - AM Corecon/AM participa de reunião da Suframa pelo 46º aniversário da Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	14

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Após dois anos, Dilma busca apoio de sindicatos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff, virtual candidata à reeleição, decidiu seguir o conselho do ex-presidente Lula e tentar se reaproximar das centrais sindicais. Nos últimos dois anos, ela delegou os contatos ao secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e os sindicatos se queixavam de falta de espaço no governo. Na semana passada, Dilma recebeu os presidentes da CUT e da UGT. Ela também determinou aos ministros que analisem as reivindicações dos trabalhadores e verifiquem quais podem ser atendidas a curto prazo. Outro possível candidato à Presidência em 2014, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), também tenta se aproximar dos sindicatos. Hoje, ele deve receber a direção da Força Sindical.

Dilma abre a porta para sindicalistas e prepara medidas de reaproximação

Na busca de aliados. Depois de ver relação com centrais estremecida por causa de embates durante greves, presidente segue conselho de Lula, recebe grupos organizados no Planalto e deve anunciar pacote de bondades até o Dia do Trabalho, em 1º de maio

Roldão Arruda

A presidente Dilma Rousseff seguiu o conselho de seu antecessor e padrinho político, Luiz Inácio Lula da Silva, e iniciou um processo de reaproximação com as centrais sindicais. A agenda presidencial evidencia a nova estratégia: após dois anos sem muito espaço para reuniões com sindicalistas, Dilma tem tido agora uma série de encontros do gênero. Só na semana passada, recebeu dois presidentes de centrais sindicais – Vagner Freitas, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Ricardo Patah, da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Nodia 12eladeveparticipar da inauguração da nova sede do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, filiado à UGT e representante de um setor com cerca de 400 mil trabalhadores. A data foi acertada diretamente entre o Planalto e os organizadores. Também não está descartada a possibilidade de, amanhã, ao término da 7.ª Marcha das Centrais Sindicais, em Brasília, Dilma receber os sindicalistas no Planalto. Até ontem a agenda presidencial não registrava o compromisso, mas os sindicalistas não descartavam a hipóteses do encontro. Em outros anos, Dilma sempre preferiu delegar missões desse tipo ao secretário-

geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Por causa disso, eram quase invariáveis nas centrais as críticas ao seu estilo. Nos confrontos entre o governo e os funcionários públicos, na greve que estes realizaram em meados do ano passado, eram comuns as comparações entre a presidente e Lula – todas sempre desfavoráveis a ela. O esforço de aproximação do Planalto com as centrais deve ir além de cumprimentos e reuniões. Paralelamente, o Planalto está reunindo ministros de diferentes áreas para analisar as principais reivindicações dos trabalhadores e verificar quais podem ser atendidas a curto prazo. De acordo com alguns líderes sindicais, o governo corre para fazer o anúncio de alguma “boa novidade” até o Dia do Trabalho, comemorado em 1.º de maio.

Gentilezas.

Filiado ao DEM, o presidente da UGT, Ricardo Patah, sempre integrou o coro dos que criticavam o distanciamento entre Dilma e as centrais. Na quinta-feira passada, porém, ao deixar o Planalto, a opinião dele já era outra. Saiu “encantando” com as atenções que ele e seus acompanhantes, entre os quais quatro deputados ligados à central, receberam da presidente. O encontro, programado para durar uma hora, estendeu-se por uma hora e meia. Dilma interessou-se particularmente pelos problemas enfrentados pelos motoboys, uma das categorias em que a UGT tem maior penetração, e, ali mesmo, determinou a Gilberto Carvalho a organização de um grupo interministerial para estudar essa questão. “Eu sempre tive contato com o Lula, que recebia as lideranças sindicais pelo menos uma vez por mês, visitava sindicatos e chegou a ir ao congresso anual da UGT. Com a Dilma sempre foi diferente, mas dessa vez ela nos surpreendeu”, diz Patah. “Ela nos recebeu com muita atenção, ouviu nossas reivindicações e opiniões sobre a política econômica do governo. Disse-mos a ela, por exemplo, que não é correto desonerar a folha de pagamento das empresas sem exigir contrapartidas dos empresários, para garantir o nível de emprego. Foi um encontro histórico, na minha avaliação.” Dois dias antes de Patah, a presidente havia recebido Vagner Freitas de Moraes, presidente da CUT, a maior central do País, historicamente próxima do PT. Moraes também notou a mudança, mas não viu nela nenhuma “alteração de rota”. “Acho que a presidente está aprimorando as políticas de um governo exitoso. Sempre dissemos a ela que os resultados das

ações são melhores quando se fala diretamente com os interlocutores da sociedade”, diz. “Não é uma atitude eleitoreira nem oportunista, mas sim uma evolução.” Segunda maior central do País, a Força Sindical, do deputado Paulo Pereira da Silva, é a exceção .

Tendência.

Além de tentar se reaproximar dos sindicalistas, Dilma mudou a atitude com outros setores também. Passou a receber mais empresários, além de ter estreitado relações com o MST, outro histórico aliado do PT, ao visitar neste ano um assentamento rural ligado à organização.

Para entender

Ex-presidente faz interface

Em três diferentes ocasiões, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ganhou projeção política liderando greves

de metalúrgicos no ABC Paulista, insistiu com Dilma Rousseff para afiar o diálogo com representantes empresariais, sindicais e de movimentos sociais. A primeira foi em 10 de dezembro, quando se encontraram em Paris e começaram a tratar da campanha de 2014. A segunda ocorreu no dia 25 de janeiro, durante encontro em São Paulo, Lula parecia preocupado com um possível isolamento do governo da afilhada. A terceira manifestação foi um recado à distância. No dia 3 de fevereiro, em Washington, ao discursar durante a conferência anual da UAW, central sindical do setor automobilístico dos EUA, ele afirmou: “O Obama tem de ouvir vocês, a Dilma tem de ouvir os sindicatos.” Na semana passada, Lula voltou a fazer o meio de campo: em festa de comemoração do aniversário da CUT, pediu aos sindicalistas que sejam “compreensivos” com Dilma . /R.A

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAPÁ	EDITORIA	
	TÍTULO Livre comércio de Macapá e Santana é prioridade para Sarney		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O senador José Sarney (PMDB-AP), idealizador e maior defensor da ALCMS – Área de Livre **Comércio** de Macapá e Santana, apresentou Projeto de Lei do Senado que vincula o tempo de funcionamento das ALCs – Áreas de Livre **Comércio** - da **Amazônia** Ocidental e de Macapá e Santana (ALCMS) - ao da **Zona Franca** de **Manaus**.

O projeto tem por objetivo corrigir descompasso existente na legislação sobre o assunto. O prazo inicialmente previsto para vigorar as ALCs era de 25 anos, mas uma lei de 1997 fixou a extensão para janeiro de 2014, porque na época esta era também a data prevista para o encerramento dos benefícios da **ZFM**.

Em 2003, por pressão da bancada federal do **Amazonas** e com a solidariedade de quase todos os parlamentares da região Norte, o tempo de validade da **ZFM** foi prorrogado. No entanto, por pressão do lobby das indústrias do Sudeste, curiosamente em aliança com parlamentares do **Amazonas**, o benefício não foi estendido para as ALCs. Junto com as ALCs da **Amazônia** Ocidental, Macapá e Santana ficaram prejudicadas.

Para José Sarney, reverter esta situação através de seu projeto “é uma questão de justiça, que pode garantir o equilíbrio federativo e reduzir as desigualdades sociais e

regionais, imperativos constitucionais”. Ele propõe que os benefícios fiscais da Área de Livre **Comércio** de Macapá e Santana (ALCMS) tenham o prazo de vigência até 2023.

União política – O senador Sarney, mesmo duramente contestado por setores minoritários que sempre o criticaram por criar a ALCMS já em 1991, inconformado com a situação, conclama toda a sociedade amapaense e todas as cores partidárias para que se mobilizem pela aprovação do projeto: “essa é uma luta da qual não arredaremos um passo. É um momento de união de todas as forças do Amapá. Acima de qualquer diferença pessoal, está em jogo a soberania do estado para se garantir a manutenção de tudo que conquistamos”. O senador Randolfe Rodrigues (Psol-AP) se uniu à luta histórica de Sarney. Ele e o ex-presidente se encontram nesta segunda-feira, 4, em Brasília, para iniciar movimento de coleta de assinaturas para o projeto. Eles sabem que haverá fortes pressões de parlamentares amazonenses para não ocorrer uma renovação. Em entrevista no rádio, o senador Randolfe Rodrigues disse que reverter o quadro contrário ao funcionamento da ALCMS é a “prova de fogo” da Bancada Parlamentar Amapaense.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PIB cresce menos no governo Dilma do que com <u>Lula</u> e FHC		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nos dois primeiros anos do governo Dilma Rousseff, a economia cresceu num ritmo mais lento do que nos mandatos de Lula e de FHC. Os presidentes deveriam ser cobrados mais pelo que fazem para melhorar as perspectivas de expansão de longo prazo do Produto Interno Bruto (**PIB**) do que pelas suas flutuações de curto prazo. Mesmo sob esse critério, porém, os números de 2012 divulgados na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) causam preocupação, dada a retração nos investimentos.

A economia brasileira cresceu 0,9% em 2012, abaixo dos 2,7% observados em 2011. Na média, o avanço do **PIB** no governo Dilma, até agora, ficou em 1,8%. É menos da metade da média de 4% registrada nos oito anos de Lula e atrás dos 2,3% de FHC.

Em grande parte, o fraco crescimento reflete fatores cíclicos. Em 2010, o **PIB** aumentou 7,5%, acima das estimativas mais otimistas sobre o **PIB** potencial, levando à aceleração da inflação. O Banco Central, que se manteve inerte no fim do governo Lula, foi obrigado a subir a taxa básica de juros nos primeiros meses do mandato de Dilma. O aperto monetário foi o principal responsável pela desaceleração econômica de 2011.

O Banco Central mudou a direção da política de juros em fins de 2011, mas, ao contrário do esperado, a distensão monetária não foi capaz de reanimar o **PIB**. Entre as várias teorias que tentam explicar esse fenômeno, uma das mais plausíveis é a de que os mecanismos de transmissão da política monetária não funcionaram. O acirramento da crise na Europa atrapalhou a propagação do estímulo pelo canal das expectativas. O aumento da inadimplência nos empréstimos bancários, por outro lado, causou certa obstrução no canal do crédito.

Para aferir o desempenho do governo Dilma na economia, o dado divulgado pelo IBGE mais revelador é a retração de 4% no investimento em 2012. A acumulação de capital é um dos determinantes da tendência de crescimento de longo prazo do **PIB**, ao lado da expansão da oferta de mão de obra e dos ganhos de produtividade. A taxa de investimento foi de 18,1% do **PIB** em 2012, bem abaixo da

faixa entre 21% e 25% que economistas afirmam necessária para aumentar o **PIB** potencial acima de 4%.

O IBGE mostra que, em vez de investimentos, mas uma vez o crescimento da economia foi puxado pelo consumo, com avanço de 3,1%, num modelo que muitos afirmam ter se esgotado. O consumo do governo cresceu 3,2%. Na ótica da oferta, a indústria se retraiu 0,8%, os serviços cresceram 1,7% e a agricultura caiu 2,3%. As **exportações** avançaram 0,5% e as **importações** apresentaram redução de 0,2%.

Boa parte da queda dos investimentos, é justo reconhecer, deve-se a fatores cíclicos. Esse é o componente mais volátil do **PIB**, subindo mais forte nos ciclos de expansão e caindo com mais vigor nas contrações. A desaceleração econômica induzida pelo Banco Central no começo de 2011 e a crise internacional levaram ao adiamento de planos de investimento das empresas.

Há razões para supor, porém, que escolhas de política econômica do governo Dilma tenham tido repercussões na chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A discussão tarifária no setor de energia elétrica, por exemplo, foi anunciada em meados de 2012 e sua resolução levou meses. A Petrobras reduziu a **produção**, com efeitos sobre a cadeia do petróleo. O cenário macroeconômico ficou mais incerto e volátil, dificultando o planejamento dos agentes econômicos. Natural que, num ambiente de incerteza, empresas adiem projetos.

É possível que a queda do investimento já esteja criando constrangimentos à ampliação da oferta. Foram quatro trimestres seguidos de contração. Em média, os projetos de investimento levam de cinco a seis trimestres para maturar.

O dado positivo do **PIB** é que o investimento voltou a crescer no último trimestre de 2012, com uma expansão de 0,5%. Os mais pessimistas dirão que, depois de quatro trimestres de queda, em algum momento a FBCF iria reagir, pois as empresas precisam voltar a investir nem que seja para manter a sua posição de **mercado**. Mas a retomada dos investimentos, ainda que fraca, não deixa de ser um dado alentador. A grande questão é se a acumulação de capital se firmará num patamar mais alto que permita o Brasil crescer a taxa mais altas.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Aumento nas importações afeta fabricantes de bens de capital		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo

O déficit mensal recorde no **comércio** exterior brasileiro, em fevereiro, confirmou uma tendência que vem desanimando investidores nacionais do setor de bens de capital: aumentam as **importações** de máquinas e equipamentos, desviando para o exterior parte do estímulo à demanda criado com as grandes obras de infra-estrutura. Em fevereiro, puxadas pelo aumento de 1% na **importação** de maquinaria industrial e de 68% nas compras de "equipamento móvel de transporte" como locomotivas (mais de 8,6 mil % de aumento) e veículos para inspeção de vias (mais de 1 mil%), a média diária nas compras externas de bens de capital cresceu 5,4% em relação ao mesmo mês de 2012.

Em janeiro, o aumento já havia sido de quase 15%, o que leva a 10% o crescimento nas **importações** de bens de capital no primeiro bimestre. "A gente tem um grande problema aí, que é a perda de competitividade, com câmbio, juros e tributos", desabafou o presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto. "Do valor de meu produto, 40,3%, são impostos; isso é um absurdo", comentou Aubert.

Na semana passada, em Brasília, ao discursar na reunião do Conselho de **Desenvolvimento** Econômico e Social, o presidente da Abimaq queixou-se à presidente Dilma Roussef dos efeitos do que chamou de "tripé do mal": a política de câmbio desvalorizado e juros e tributos mais altos. "O investimento não pode ser penalizado, tem de ser promovido", criticou. "O investimento o **Brasil** é caro, por isso há 18 anos não sai de 19%, 20%". Embora não haja dados consolidados, muitos fabricantes passaram a complementar a própria linha de **produção** com equipamentos **importados**, admite ele.

No setor de bens de capital de encomenda, voltado a fabricação de máquinas e equipamentos confeccionados com especificações exclusivas para determinados projetos industriais, apesar do impulso dado pelos incentivos do governo, os empresários foram surpreendidos pela mudança na balança comercial que passou de superavitária até 2007 a

uma situação de equilíbrio, em 2008 e, desde então, vem registrando sucessivos déficits.

"Foi uma guinada histórica brutal", comentou para o Valor o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base, Paulo Godoy, que representa grandes empresas do setor. Em 2008, as **importações** de bens de capital sob encomenda chegaram a US\$ 5,1 bilhões, número que caiu para US\$ 4,4 bilhões no ano seguinte e começou uma trajetória de alta. Em 2012, as **importações** caíram 1,5% em relação ao recorde de US\$ 6,2 bilhões de 2011; mas a queda ainda maior nas **exportações** do setor fez com que o balanço final ficasse negativo, em quase US\$ 1,1 bilhão.

Por enquanto, nesse subsetor, as **importações** não são vistas como uma grande ameaça, devido à criação, pelo governo, do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI), com juros favorecidos na compra de equipamentos nacionais, especialmente, em grandes obras de infra-estrutura. "O PSI deve ajudar a frear a tendência de aumento de **importação**", acredita o presidente da Abdib, que desaconselha mudanças como uma maior desvalorização do real. Mas a chegada de grandes companhias chinesas como investidoras, principalmente em obras de geração e transmissão no setor elétrico, levantam um "certo alerta", segundo Godoy.

"São empresas gigantescas, com o Estado por trás, sem dificuldade de financiamento na China", diz ele. Esses investidores dão preferência a equipamentos chineses, financiados pelo governo local. "Um dos temas que se discute hoje é se não caberia também para o setor elétrico uma política de conteúdo nacional."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PIB cresce menos no governo Dilma do que com <u>Lula</u> e FHC		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nos dois primeiros anos do governo Dilma Rousseff, a economia cresceu num ritmo mais lento do que nos mandatos de Lula e de FHC. Os presidentes deveriam ser cobrados mais pelo que fazem para melhorar as perspectivas de expansão de longo prazo do Produto Interno Bruto (**PIB**) do que pelas suas flutuações de curto prazo. Mesmo sob esse critério, porém, os números de 2012 divulgados na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) causam preocupação, dada a retração nos investimentos.

A economia brasileira cresceu 0,9% em 2012, abaixo dos 2,7% observados em 2011. Na média, o avanço do **PIB** no governo Dilma, até agora, ficou em 1,8%. É menos da metade da média de 4% registrada nos oito anos de Lula e atrás dos 2,3% de FHC.

Em grande parte, o fraco crescimento reflete fatores cíclicos. Em 2010, o **PIB** aumentou 7,5%, acima das estimativas mais otimistas sobre o **PIB** potencial, levando à aceleração da inflação. O Banco Central, que se manteve inerte no fim do governo Lula, foi obrigado a subir a taxa básica de juros nos primeiros meses do mandato de Dilma. O aperto monetário foi o principal responsável pela desaceleração econômica de 2011.

O Banco Central mudou a direção da política de juros em fins de 2011, mas, ao contrário do esperado, a distensão monetária não foi capaz de reanimar o **PIB**. Entre as várias teorias que tentam explicar esse fenômeno, uma das mais plausíveis é a de que os mecanismos de transmissão da política monetária não funcionaram. O acirramento da crise na Europa atrapalhou a propagação do estímulo pelo canal das expectativas. O aumento da inadimplência nos empréstimos bancários, por outro lado, causou certa obstrução no canal do crédito.

Para aferir o desempenho do governo Dilma na economia, o dado divulgado pelo IBGE mais revelador é a retração de 4% no investimento em 2012. A acumulação de capital é um dos determinantes da tendência de crescimento de longo prazo do **PIB**, ao lado da expansão

da oferta de mão de obra e dos ganhos de produtividade. A taxa de investimento foi de 18,1% do **PIB** em 2012, bem abaixo da faixa entre 21% e 25% que economistas afirmam necessária para aumentar o **PIB** potencial acima de 4%.

O IBGE mostra que, em vez de investimentos, mas uma vez o crescimento da economia foi puxado pelo consumo, com avanço de 3,1%, num modelo que muitos afirmam ter se esgotado. O consumo do governo cresceu 3,2%. Na ótica da oferta, a indústria se retraiu 0,8%, os serviços cresceram 1,7% e a agricultura caiu 2,3%. As **exportações** avançaram 0,5% e as **importações** apresentaram redução de 0,2%.

Boa parte da queda dos investimentos, é justo reconhecer, deve-se a fatores cíclicos. Esse é o componente mais volátil do **PIB**, subindo mais forte nos ciclos de expansão e caindo com mais vigor nas contrações. A desaceleração econômica induzida pelo Banco Central no começo de 2011 e a crise internacional levaram ao adiamento de planos de investimento das empresas.

Há razões para supor, porém, que escolhas de política econômica do governo Dilma tenham tido repercussões na chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A discussão tarifária no setor de energia elétrica, por exemplo, foi anunciada em meados de 2012 e sua resolução levou meses. A Petrobras reduziu a **produção**, com efeitos sobre a cadeia do petróleo. O cenário macroeconômico ficou mais incerto e volátil, dificultando o planejamento dos agentes econômicos. Natural que, num ambiente de incerteza, empresas adiem projetos.

É possível que a queda do investimento já esteja criando estrangulamentos à ampliação da oferta. Foram quatro trimestres seguidos de contração. Em média, os projetos de investimento levam de cinco a seis trimestres para maturar.

O dado positivo do **PIB** é que o investimento voltou a crescer no último trimestre de 2012, com uma expansão de 0,5%. Os mais pessimistas dirão que, depois de quatro

trimestres de queda, em algum momento a FBCF iria reagir, pois as empresas precisam voltar a investir nem que seja para manter a sua posição de **mercado**. Mas a retomada dos investimentos, ainda que fraca, não deixa de ser um dado alentador. A grande questão é se a acumulação de

capital se firmará num patamar mais alto que permita o **Brasil** crescer a taxa mais altas.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Itamaraty é alvo de cobrança por supersalários no exterior		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Procurador vê desrespeito à Constituição; senador vai acionar o MP

Isabel Braga

Junia Gama

BRASÍLIA A informação de que a cúpula da diplomacia brasileira recebe salários maiores que o da presidente da República e de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), e que pelo menos 132 diplomatas que trabalham no exterior recebem acima do teto constitucional com salários que chegam a R\$ 58 mil, provocou reação de políticos e representantes da sociedade, que cobram providências para a correção do que consideram distorções.

O levantamento sobre os salários foi divulgado ontem pelo GLOBO. O procurador do **Ministério** Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Marinus Marsico, afirma que o artigo que estabelece o teto do funcionalismo é o mais desrespeitado da Constituição.

De acordo com o Itamaraty, o pagamento dos salários no exterior é feito de acordo com a legislação vigente, levando-se em conta as peculiaridades de custo de vida em cada posto. Segundo o órgão, a fixação desses salários é feita com base em tabela da Organização das Nações Unidas e sua divulgação está sendo feita "de forma transparente".

Marsico diz que falta vontade política para resolver o problema. O PPS fará requerimento ao Itamaraty pedindo explicações sobre os supersalários. O senador Pedro Taques (PDT-MT) pedirá providências do **Ministério** Público para que eventuais distorções sejam corrigidas.

- Essa informação é apenas a ponta do iceberg, o abate-teto só pega quem está no Siafi (Sistema Integrado da Administração Financeira) e há muitas exceções, várias interpretações para o teto - disse Marsico, acrescentando: - Só vejo possibilidade de mudança nessa situação quando houver interesse em mudar o teto. Mas isso não vai para frente porque não há vontade política dos dirigentes. Não decorre de problemas técnicos, seria fácil fazer um cadastro nacional, economizaríamos centenas de milhões de reais dos cofres públicos.

Segundo o procurador, a verba indenizatória para quem mora fora é compreensível, mas não pode ser algo exagerado. E alegar que o problema está relacionado ao fator de correção cambial também não faz sentido:

- O real é hoje uma das moedas mais valorizadas no mundo. Esse fatores indicam a necessidade de análise dessa questão e a correção das distorções.

deputado pedirá explicação

O líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), apresentará requerimento pedindo informações sobre os salários dos diplomatas. Ele quer saber se há respeito ao teto do funcionalismo e pretende pedir a regularização do problema.

- Quero saudar a transparência, ainda que tardia, e dizer que temos uma burocracia da melhor qualidade na diplomacia brasileira. Mas nada disso pode favorecer penduricalhos que levem a esse absurdo, salários fora do normal, para os funcionários serem taxadas como marajás - disse Bueno.

Secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castelo Branco afirma que, desde 1995, vem lutando para que as informações relativas às embaixadas, consulados e escritórios de representação do **Brasil** sejam incluídas no Siafi. Estudo feito pelo Contas Abertas mostra que apenas 37 das 210 embaixadas e consulados do **Brasil** no exterior registram suas despesas no Siafi.

-É possível ter exceções à regra, compensações a alguns dos servidores, levando-se em conta países onde o custo de vida é maior, mas como exceção, e não a maioria recebendo acima do teto. O fato de os salários terem sido disponibilizados permitirá a correção dessas distorções. Até agora, a justificativa para não colocar no Siafi tem sido problemas com o fuso horário, falta de funcionários brasileiros para a tarefa e o fato do Siafi fechar à noite. Não se justificam - disse Gil Castelo Branco.

Pedro Taques criticou o que considera uma distorção nos salários de servidores públicos. De acordo com o senador, o **Ministério** Público Federal deve tomar providências para impedir os supersalários e até mesmo pedir a devolução aos

cofres públicos do que houver ultrapassado o teto constitucional.

TCU Analisa supersalários

O TCU, que revogou a sua própria decisão que determinava o corte dos supersalários, após recurso do

ministro das relações Exteriores, Antônio Patriota, informa que o processo está novamente sendo analisado, mas sem data para novo julgamento.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Ministro da Fazenda faz avaliação otimista de 2012		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

"A crise internacional não bateu à porta da família brasileira", disse Guido Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, fez uma avaliação positiva da economia em 2012. Para 2013, projetou crescimento entre 3% e 4%. Para ele, embora tenha sido ano de crise internacional, onde a maioria dos países teve um desempenho fraco. Para a maioria da população brasileira, o ano de 2012 foi um ano bom.

"A crise internacional não bateu à porta da família brasileira", afirmou o ministro. Para fundamentar o comentário, Mantega apontou a criação de 1,3 milhão de postos de trabalho e o crescimento da massa salarial em 6% ao ano, "o que não é pouca coisa". Citou ainda o aumento real de renda da população, de 4% e ainda o crescimento do financiamento para habitação, que aumentou 35%. "Significa que a população brasileira está adquirindo mais moradia. Portanto para a população foi um ano bom."

Mantega qualificou como "satisfatório" o modo como o país atravessou a crise de 2012. Para ele, 2013 será ainda melhor, por que será o momento em que as medidas adotadas em 2011 e 2012 para estimular a economia começarão a surtir efeitos. "A desoneração da folha de pagamentos só entrou plenamente em vigor em janeiro de 2013. A redução da taxa de juros, que é muito **importante**, só começou a ser

sentida em outubro do ano passado. Sabemos que o efeito da redução demora alguns meses para acontecer", citou.

O ministro também deu como exemplo a redução do custo da tarifa de energia elétrica, que só começou a valer em janeiro, e o programa de concessões na área de infraestrutura.

Segundo ele, o clima também ajudará a economia em 2013, já que no ano passado, por conta da estiagem, a agricultura foi um forte componente para a fraca performance do **PIB**.

"Para 2013 o cenário internacional é mais benigno. Não teremos tantas dificuldades para **exportar**", afirmou.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Ministro da Fazenda faz avaliação otimista de 2012		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

"A crise internacional não bateu à porta da família brasileira", disse Guido Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, fez uma avaliação positiva da economia em 2012. Para 2013, projetou crescimento entre 3% e 4%. Para ele, embora tenha sido ano de crise internacional, onde a maioria dos países teve um desempenho fraco. Para a maioria da população brasileira, o ano de 2012 foi um ano bom.

"A crise internacional não bateu à porta da família brasileira", afirmou o ministro. Para fundamentar o comentário, Mantega apontou a criação de 1,3 milhão de postos de trabalho e o crescimento da massa salarial em 6% ao ano, "o que não é pouca coisa". Citou ainda o aumento real de renda da população, de 4% e ainda o crescimento do financiamento para habitação, que aumentou 35%. "Significa que a população brasileira está adquirindo mais moradia. Portanto para a população foi um ano bom."

Mantega qualificou como "satisfatório" o modo como o país atravessou a crise de 2012. Para ele, 2013 será ainda melhor, por que será o momento em que as medidas adotadas em 2011 e 2012 para estimular a economia começarão a surtir efeitos. "A desoneração da folha de pagamentos só entrou plenamente em vigor em janeiro de 2013. A redução da taxa de juros, que é muito **importante**, só começou a ser

sentida em outubro do ano passado. Sabemos que o efeito da redução demora alguns meses para acontecer", citou.

O ministro também deu como exemplo a redução do custo da tarifa de energia elétrica, que só começou a valer em janeiro, e o programa de concessões na área de infraestrutura.

Segundo ele, o clima também ajudará a economia em 2013, já que no ano passado, por conta da estiagem, a agricultura foi um forte componente para a fraca performance do **PIB**.

"Para 2013 o cenário internacional é mais benigno. Não teremos tantas dificuldades para **exportar**", afirmou.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Governo aposta na alta da taxa de investimento para alavancar o <u>PIB</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em 2012, a formação de capital caiu 4% e o investimento ficou em 18% do PIB, contribuindo para o baixo desempenho da economia. Para o ministro Guido Mantega, já houve melhora no quarto trimestre, o que garante o crescimento este ano

Para governo, investimento vai impulsionar PIB este ano

A formação bruta de capital caiu 4% em 2012, mas no último trimestre teve crescimento de 0,5%, o que sinaliza melhora

Edla Lula, de Brasília

O governo aposta na recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para alavancar a economia este ano. Em entrevista na qual comentou o resultado do PIB, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, não arriscou dizer em quanto deve ficar a taxa de investimento em 2013, mas comentou que as previsões para o crescimento da FBCF variam entre 6% e 8%. Esse indicador é usado como uma medida de investimento na economia—basicamente em equipamentos, máquinas e material de construção. A Formação Bruta de Capital Fixo encerrou 2012 com queda de 4% na comparação com 2011, o que contribuiu para o crescimento do PIB de apenas 0,9%. A taxa de investimento ficou em 18% do PIB contra 19,3% em 2011. Ao longo de todo o ano, a FBCF observou queda na comparação com o trimestre anterior.

No último trimestre, no entanto, cresceu 0,5%. Foi suficiente para o ministro falar em um 2013 melhor. “Isto mostra que o investimento começou a se recuperar no quarto trimestre do ano passado”, comentou Mantega, destacando que no final de 2012 e início deste ano cresceram as vendas de caminhões, um dos itens que compõem a FBCF. “O crescimento observado no último trimestre de 2012 está tendo continuidade no primeiro trimestre de 2013”, comentou. Os dados da Anfavea mostram um salto de 42,7% na produção de caminhões entre dezembro e janeiro. Por sua vez, segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), o fluxo de veículos pesados nas rodovias aumentou

5% na mesma comparação. O setor de bens de capital—outro componente da FBCF— não tem a mesma expectativa. De acordo com a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o mês de janeiro foi de recordes negativos.

O dado mais preocupante é o nível de utilização da capacidade instalada, que está em 70% —“pior resultado da história do setor”, disse o vice-presidente da entidade, José Velloso. Houve queda de 3,7% no faturamento do setor, sobre dezembro. A balança comercial está negativa em US\$ 1,529 bilhões. “Não concordamos com o governo. A FBCF não começa a se recuperar no primeiro trimestre. O que a gente pode dizer é que talvez, a partir de abril, possamos verificar alguma recuperação”, disse o empresário. Ele acredita que a taxa de investimento permanecerá em 18% ao longo do ano e, no final, poderá chegar aos 19%. Velloso sugeriu que o otimismo do ministro deveria se converterem sinalizações mais concretas, que dessem segurança ao investidor. “Primeiro deveria haver mais clareza em relação à política cambial. Quando os investidores pensam que o governo vai manter o real desvalorizado, o dólar cai para R\$ 1,90”, comentou.

Para ele, para que haja interesse da indústria em investir, o dólar deveria ficar no patamar de R\$ 2,40. Outro motivo de desconfiança está relacionado aos juros. “Num momento tudo indica que a Selic vai permanecer baixa.” Ele também disse que há insegurança quanto aos marcos regulatórios e criticou a atuação das agências reguladoras no país. Outro temor dos investidores, segundo o vice-presidente da Abimaq, está relacionado à carga tributária, muito elevada. “Quem vai querer investir no Brasil se tem a China, a Tailândia com impostos mais baixos?” Mantega disse que este ano haverá mais desonerações. “Esta é uma permanente deste governo, que vamos continuar em todos os anos, de modo a reduzir a carga tributária e tornar mais baratos os investimentos.”

	VEÍCULO AMAPÁ NO CONGRESSO	EDITORIA	
	TÍTULO Sarney luta pela manutenção dos benefícios da <u>SUFRAMA</u> para o Amapá		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O senador José Sarney (PMDB – AP), idealizador e maior defensor da ALCMS – Área de Livre **Comércio** de Macapá e Santana, apresentou Projeto de Lei do Senado que vincula o tempo de funcionamento das ALCs – Áreas de Livre **Comércio** - da **Amazônia** Ocidental e de Macapá e Santana (ALCMS) - ao da **Zona Franca** de **Manaus**. O projeto, segundo Sarney, tem por objetivo corrigir descompasso existente na legislação sobre o assunto. O prazo inicialmente previsto para vigorar as ALCs era de 25 anos, mas uma lei de 1997 fixou a extensão para janeiro de 2014, porque na época esta era também a data prevista para o encerramento dos benefícios da **ZFM**. Mas, em 2003, por pressão da bancada federal do **Amazonas** e com a solidariedade de quase todos os parlamentares da Região Norte, o tempo de validade da **ZFM** foi prorrogado. No entanto, por pressão do lobby das indústrias do Sudeste, curiosamente em aliança com parlamentares do **Amazonas**, o benefício não foi estendido para as ALCs. Junto com as ALCs da **Amazônia** Ocidental, Macapá e Santana ficaram prejudicadas. Para José Sarney, reverter esta situação através de seu projeto “é uma questão de justiça, que pode garantir o equilíbrio federativo e reduzir as desigualdades sociais e regionais, imperativos constitucionais”. Ele propõe que os benefícios fiscais da Área de Livre **Comércio** de Macapá e Santana (ALCMS) tenham o prazo de vigência até 2023.

União política

O senador Sarney, mesmo duramente contestado por setores minoritários que sempre o criticaram por criar a ALCMS já em 1991, inconformado com a situação, conclama toda a sociedade amapaense e todas as cores partidárias para que se mobilizem pela aprovação do projeto: “essa é uma luta da qual não arredaremos um passo. É um momento de união de todas as forças do Amapá. Acima de qualquer diferença pessoal, está em jogo a soberania do estado para se garantir a manutenção de tudo que conquistamos”. Mostrando amadurecimento político e sensibilidade, o senador

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) se uniu à luta histórica de Sarney. Ele e o ex-presidente se encontram nesta segunda-feira, 4, em Brasília, para iniciar movimento de coleta de assinaturas para o projeto. Eles sabem que haverá fortes pressões de parlamentares amazonenses para não ocorrer uma renovação. Em entrevista no rádio, o senador Randolfe Rodrigues disse que reverter o quadro contrário ao funcionamento da ALCMS é a “prova de fogo” da Bancada Parlamentar Amapaense. Randolfe informou que já tratara do assunto com o senador Sarney. Randolfe Rodrigues reconheceu que Sarney sempre esteve certo e alertou que o não funcionamento da ALCMS significaria um grande desemprego em Macapá e Santana e reajustes imediatos, em torno de 15%, nos preços de pelo menos 50 produtos favorecidos por incentivos fiscais.

Conquistas

O ex-presidente fez questão de lembrar, ainda, que o mais **importante** é não se esquecer que, graças a ALCMS, o Amapá também passou a ter acesso a recursos da **Suframa** (**Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus**). “É o único estado da **Amazônia** Oriental com fomento garantido pela autarquia. Carreados para o estado, os recursos foram investidos em obras de infra-estrutura urbana, turística, logística, área social e de fomento ao **desenvolvimento** do Amapá, entre outras. Foram dezenas de milhões de reais aplicados desde a criação da ALC e muitas obras **importantes** para Santana e Macapá”. E fez questão de citar muitas dessas conquistas para o povo amapaense: “pátio de containers no Porto de Santana e equipamentos para o carregamento; implantação de infra-estrutura do **Distrito Industrial** de Santana; Terminal Hidroviário de Santana; conclusão da Praça Beira Rio; urbanização da avenida Claudomiro de Moraes; Urbanização da orla de Macapá; restauração da rodovia Duque de Caxias; pavimentação da rodovia Salvador Muniz (trecho Fazendinha/ Igarapé da Fortaleza), entre outras.”

	VEÍCULO Corecon – AM	EDITORIA	
	TÍTULO Corecon/AM participa de reunião da <u>Suframa</u> pelo 46º aniversário da <u>Zona Franca de Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O presidente do Conselho **Regional** de Economia do **Amazonas** (Corecon/AM), Marcus Evangelista, cumprimentou o **Superintendente** Thomas Nogueira, pelo 46º aniversário da **Zona Franca** de **Manaus** e também pelo trabalho que vem realizando a frente da **Suframa**. Nesta quinta-feira (28), o presidente participou da 261ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (CAS), no auditório Floriano Pacheco, na Sede da **Suframa**, Zona Sul da cidade.

Durante o encontro, foi apresentada a campanha institucional alusiva a data e realizado o lançamento da 7ª edição da Feira Internacional da **Amazônia** (FIAM) ao público, que vai acontecer em novembro deste ano. “Em nome do Corecon/AM parabenizamos a **Suframa**, na figura do seu **Superintendente**, Thomas Nogueira e toda a sua equipe, pelo brilhante trabalho que vem sendo desenvolvido para atrair novos investimentos para o Polo Industrial de **Manaus**. Nós sabemos que não é fácil, mas com certeza as barreiras serão

vencidas. Nós do conselho reconhecemos os esforços para colocar em prática novas tratativas de investir no setor primário, que em nossa opinião é de suma importância para o **desenvolvimento** do nosso Estado como o todo”, disse Evangelista.

O presidente do Corecon/AM também falou sobre os 33 projetos aprovados na Reunião Ordinária, 13 de implantação e 20 de ampliação, atualização e diversificação, que devem gerar 624 novos empregos, em até três anos, prazo dado as empresas para que esses projetos sejam efetivados. O que significa um investimento de mais de R\$ 300 milhões para o Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

“Fiquei realmente muito otimista com essa notícia, mesmo com a crise mundial que agora afeta a Itália, os investidores continuam acreditando no modelo e isso demonstra que o ano de 2013 será muito promissor”, finalizou.